



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2010

### ACTA Nº 11

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e dez, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.**

**2 – Regulamento das Feiras do Concelho**

**3 – Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais**

**4 – Redução da Taxa de I.M.I. para aplicar na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela**

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Antonieta Serrano Alves Sobral e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Pedro Serigado da CDU
- Sra. Cecília Sousa da CDU
- Sr. José Silvério da CDU
- Sr. Manuel Lagarto da CDU
- Sr. Engº. Carlos Martins do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

## Mandato 2009/2013

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sr. Vereador Dr. Álvaro Amaro
- Sra. Vereadora Adília Candeias
- Sr. Vereador Dr. Adilo Costa
- Sr. Vereador Dr. Luis Calha
- Sr. Vereador Dr. José Carlos de Sousa
- Sra. Vereadora Dra. Maria da Natividade Coelho

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Dr. Arnaldo da Silva Marques Pata apresentou pedido de suspensão de mandato, de 01.08.2010 a 31.12.2010. Coloca o pedido à apreciação do Plenário não tendo merecido qualquer comentário.
- De imediato foi convocado o Sr. Carlos José Guinote, que apresentou pedido de suspensão de mandato de 28 de Setembro de 2010 a Dezembro de 2011. Deste modo coloca o pedido à apreciação do Plenário, que não mereceu qualquer comentário.
- Em substituição irá tomar posse a Sra. Dra. Ana Catarina Diaz Y Pais Sartóris de Lima, elemento a seguir na lista do Bloco de Esquerda, que se encontra presente.
- Sr. Pedro Taleço, justificou ausência à sessão de 29 de Junho, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.
- Sra. Cecília Sousa, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sra. Dra. Dina Maria Mateus Pereira, que se encontra presente e irá tomar posse.
- Sr. José Silvério, Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, justificou ausência à sessão de hoje, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Luciano António Pereira da Silva, Secretário do Executivo.

De imediato procedeu-se à tomada de posse dos Membros Dra. Ana Catarina Diaz Y Pais Sartóris de Lima e Dra. Dina Maria Mateus Pereira que após juramento de honra e assinadas as respectivas actas, que ficarão apenas à presente, foram considerados empossados no cargo.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

De imediato coloca à aprovação a minuta das actas nº. 07 de 08.04.2010 e nº. 08 de 27.05.2010, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Pergunta se algum Membro quer intervir.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE**, solicita correcção de um pequeno lapso na intervenção efectuada pelo Sr. Carlos Guinote na acta nº. 8, página vinte e dois. Onde se lê emigrante deverá ler-se imigrante.

**Sr. Presidente da Mesa**, informa que o lapso irá ser corrigido pelo que coloca as actas à aprovação tendo sido aprovadas, por unanimidade, com 23 votos a favor (13 da CDU, 5 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

**Sr. Manuel Lagarto da CDU e Sr. Engº. Carlos Martins do PS** iniciam participação nos trabalhos cerca das 21,30 horas.

Agradecendo a presença do público presente o **Sr. Presidente da Mesa** informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção. De imediato pergunta se algum munícipe pretende intervir. Não havendo intervenções dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

**Sr. Presidente da Mesa** informa que foram presentes à Mesa quatro Moções, duas da CDU e duas do BE, e um voto de protesto do CDS/PP. De imediato pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir neste período e antes de se iniciar a discussão das Moções.

**Sr. Engº. José Braz Pinto do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato apresenta a seguinte intervenção: *“Faz hoje trinta e quatro anos que a jovem democracia sofria a primeira crise ... o primeiro grande susto. Tudo passou, a democracia confirmou-se e a presença de todos nesta sala é prova disso. Faço votos que sempre em grande harmonia, embora com debate vivo, nos possamos respeitar e não pregar sustos a nenhum de nós.*

*Acreditamos que todos nós, os que estamos nesta sala e mesmo a maioria dos que aqui não estão, desejamos um grande desenvolvimento para o nosso concelho. Para tal objectivo temos grandes ideias, possíveis ou não de levar à prática, mas todas elas imbuídas num desejo de acção.*

*O desenvolvimento de uma região faz-se, como muitos ou quase todos os objectivos da nossa vida, por grandes iniciativas mas sobretudo por pequenas acções, despercebidas no tempo mas que influenciam decididamente a finalidade que pretendemos.*

*Fala-se muito neste momento dos grandes investimentos, da sua necessidade, da sua acção mobilizadora, da sua qualidade como alavanca para levar por diante uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional. Mas importa pequenas coisas que demonstram por vezes um acomodar, um deixar correr, um imobilismo que compromete todas as grandes vontades, todas as grandes iniciativas.*

*Por exemplo:*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*Vivemos, uns mais outros menos, encantados com a eficiência da máquina administrativa concelhia. Olhamos, uns mais outros menos, com embevecimento para este ou aquele prémio ou louvor ... mas será que a eficiência está de acordo com as necessidades?*

*Recebemos lamentos dos munícipes:*

- Um grande investimento rola há anos sem fim à vista;*
- Uma prorrogação de prazo de construção chega a demorar três meses;*
- A entrega de cópias autenticadas de licença de utilização para efeitos de cálculo do IMI chega a demorar sessenta dias após a emissão da mesma. Repare-se que esta demora pode provocar coimas que o município pagará sem culpa da acção que provocou o atraso. Aqui uma dúvida me assalta ... será que essas eventuais coimas revertem para a Câmara Municipal? Não creio ... porque se tal fosse possível teríamos a Câmara Municipal a beneficiar dos seus próprios erros;*
- Um licenciamento duma esplanada demorou quatro meses, tempo suficiente para passar a época útil da mesma.*

*Senhores deputados, senhores vereadores:*

*As pequenas ineficiências geram as grandes e estas matam toda a acção mobilizadora das grandes acções de desenvolvimento.*

*Mas não fiquemos por aqui:*

*Fazemos investimentos, libertando equipamentos que depois deixamos ao abandono. O antigo quartel dos bombeiros de Águas de Moura transformou-se numa casa ensombrada em pleno centro da aldeia que, servindo de suporte de ninhos de pássaros, só não se transforma em ninho de ratos porque a igreja o vai utilizando, a título de cedência provisória, como armazém de géneros e alimentos, realizando algumas limpezas. O que se vai fazer daquele equipamento?*

*Falou-se da instalação dos Canarinhos ... passou a época e em vez de canários lá ficaram as andorinhas sujando paredes e transeuntes.*

*Falou-se de centro cultural e só se fizeram uns bailaricos particulares de um grupo de jovens que pediu a utilização do antigo parque de recolha de viaturas.*

*Que futuro? Deixa-se degradar um equipamento quando na freguesia há tantas carências?*

*...*

- As crianças da escola vizinha comem em apertados contentores;*
- Os idosos continuam a utilizar os pré-fabricados da BRISA (por gentileza dos proprietários), insuficientes e sem grandes condições;*
- Se houver necessidade de um grande espectáculo a aldeia só dispõe do pavilhão multiusos que, apesar de pequeno e sem grandes condições, só existe porque a freguesia o construiu com os seus próprios meios.*

*Mas também há uma série de escolas que estão se utilidade depois de desactivadas, nomeadamente a escola de Aires.*

*Que solução ... que destino para estas antigas instalações?*

*E ... para terminar:*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*Ficamos felizes, uns mais que outros, por ganhar todos os anos a bandeira da mobilidade em Pinhal Novo, atribuída a pequenas acções que não conseguem tapar as grandes carências e erros, neste campo, naquela freguesia e por todo o concelho ...*

*Entretanto e como exemplo ... em Palmela ... mais propriamente em Aires, um deficiente motor aguarda há longo tempo pela definição de um lugar de estacionamento especial em frente a sua casa e o rebaixamento dos lancis, que lhe permitam fazer uma vida mais normal...*

*Senhores deputados, senhores vereadores:*

*A história regista só os grandes feitos mas foi a vida de cada um de nós que a construiu.*

*Um concelho registará, com tiradas jornalísticas as grandes inaugurações, as grandes iniciativas e investimentos mas o desenvolvimento do concelho depende das pequenas/grandes acções e das pequenas/grandes ineficiências e laxismos. Estes inexoravelmente matarão todas as grandes vontades e acções."*

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que, na sequência da intervenção anterior, passará a referir casos mais concretos nomeadamente em duas questões, a segurança a nível rodoviário e turismo. Poderão parecer dois assuntos que não estão ligados mas estão, uma vez que depende do bom estado das vias rodoviárias a segurança de quem por elas transita sendo que é por essas vias que os turistas acedem ao concelho e nele circulam. Se tiverem más estruturas não virão, se vierem uma vez não voltam e não passam uma mensagem positiva do concelho.

Gostaria de chamar a atenção para alguns pontos e saber da parte da Câmara quais as soluções que têm para os problemas que passará a referir.

Estando dotada em orçamento uma verba para a obra da estrada que liga a Autoeuropa a Quinta do Anjo, e tratando-se de uma via com muitos problemas de segurança a nível do piso e da configuração, gostaria de saber o que é que a Câmara estará a pensar fazer nesta via. Pergunta se o traçado será alterado, será melhorado ou alargado, como e quando é que isso irá acontecer.

Outra questão tem a ver com o acesso da auto-estrada em Pinhal Novo. Trata-se de um cruzamento altamente perigoso, onde se têm registado bastantes acidentes, pelo que se justificaria a construção de uma rotunda no local. Não tem conhecimento se essa construção depende só da Câmara ou também do poder central, mas será a autarquia que terá que dar o primeiro passo e tomar as medidas para resolver o problema.

Na estrada que liga Pinhal Novo a Palmela, junto à bomba de combustível na Lagoinha, existe um semáforo destruído por um acidente há mais de um mês que não dá uma boa imagem e mostra algum desleixo.

Em Pinhal Novo existe uma situação bastante confusa que é o triângulo dos Pinheirinhos. Em sua opinião neste local também se justificaria, salvo melhor opinião técnica, uma rotunda.

Em Palmela, mais concretamente nas traseiras do Modelo, existe uma rua que até à abertura deste espaço era destinada a trânsito local. Neste momento é uma via extremamente movimentada que é usada em alternativa à estrada nacional, evitando assim os semáforos da Volta da Pedra, com um traçado muito complicado e encontrando-se o piso em péssimas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

condições. Dado que é uma via muito usada, até por trânsito pesado, seria muito urgente a construção de uma rotunda no entroncamento e a melhoria do estado da via.

Em Marateca, na entrada de quem vem da estrada nacional, existe também uma situação de perigo que também poderia ser resolvida com a construção duma rotunda à semelhança da solução encontrada para Cajados.

Por fim gostaria de referir uma questão que lhe tem sido colocada por vários munícipes e que tem a ver com o estacionamento em Palmela, mais particularmente na zona do Chafariz D. Maria I. Neste momento verifica-se que existem mais pessoas a utilizar, e bem, os transportes públicos fazendo com que o parque de estacionamento esteja completamente lotado. Por outro lado quem vem de fora e pretende deslocar-se ao café/restaurante Retiro Azul, que é um ex-libris de Palmela, tem dificuldade em estacionar. Se nos dias de semana esta questão se coloca, ao fim de semana a situação mantém-se uma vez que existem milhares de praticantes de BTT, que vêm dos mais variados locais, para praticar essa modalidade em Palmela e aí estacionam as suas viaturas. Dado tratar-se de uma porta de entrada da vila, haveria que resolver esta questão para não falar já no que se passa a nível do estacionamento no centro histórico.

**Sr. Engº. Carlos Martins do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato apresenta a seguinte intervenção: *“O panorama descrito pelo meu Camarada João Completo é uma realidade e aponta para um conjunto de projectos cuja concretização há muito é necessária e urgente e agora cada vez mais imprescindíveis, mas também cada vez mais difíceis de concretizar. Concordamos todos que o momento e as crises não facilitam, os ventos não correm com muita feição.*

*Aproximamo-nos do momento fundamental do ano, Prestar Contas e Planear o Futuro.*

*Como se vão cruzar as necessidades elencadas, com os escassos meios disponíveis, que soluções vamos ousar propor?*

*A crise, as várias crises, de que nós na grande maioria não temos responsabilidades, mas noutra parte somos todos responsáveis e muito, onde por exemplo?*

*- no caso da nossa Autarquia e da maioria política que a sustenta, é o constante recorrer ao “passa culpas”, dos Governos quaisquer que sejam ou das diversas instituições públicas e privadas*

*- como levámos tempo a cantar como a cigarra, esquecemo-nos de discutir e encontrar novos caminhos que permitissem sustentar o que ganhámos, nos planos social, na educação, na saúde, na cultura*

*- nós que somos filhos da Revolução e do 25 de Abril fomo-nos esquecendo das respostas novas que era preciso encontrar e fomos praticando velhas receitas*

*- agora podemos torcer a orelha e ela não sangrará, constatamos que é a direita e até a extrema-direita que por toda a Europa está a discutir, para remediar ou será para destruir? o Estado Providência. Nós demitimo-nos de transformar de ousar a mudança. E esta Autarquia é o exemplo prático de anos a fio ir fazendo orelhas moucas, em quê?*

*. sempre recusando os alertas para a falta de planeamento*

*. para o recurso excessivo ao financiamento na banca*

*. no pouco cuidado no controlo da despesa*

*. na irracionalidade na gestão dos Recursos Humanos*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

- . nos excessos ou na desnecessidade da Palmela Desporto
- . nos financiamentos tantas vezes sem critério ao movimento associativo
- . na falta de reflexão e capacidade de propor uma nova visão para as competências autárquicas, de modo realista, adequadas aos tempos que vivemos

Espera-se agora, e o Partido Socialista é um Partido da esperança, que esta gestão autárquica tenha a coragem no novo Plano e Orçamento para 2011 de arrear caminho e trocar o paradigma, não para mais do mesmo, que virará catástrofe mais dia menos dia, mas para outros modos de olhar o território.

Terão ainda forças e audácia para avançarem para uma Nova Geração de Políticas Autárquicas?

É que estamos aqui em Palmela com muitos desafios novos e não venhamos dizer que a responsabilidade é da avidez dos mercados e da incapacidade dos Governos. Sim, os Governos têm responsabilidades e muitas incompetências, mas deixem de continuar a acreditar numa sociedade em que só há bons ou só há maus.

Entendam que o paradigma mudou e os amanhãs que cantam já eram.

O panorama descrito pelo meu Camarada João Completo só tem solução com uma outra lógica de funcionamento.

Deixo-vos algumas áreas a que a intervenção das Autarquias tem de ser discutida e ampliada.

Há questões que passam por aqui, são responsabilidade nossa e não de outros.

Aqui também têm de se assumir responsabilidades e deveres de que a Autarquia tantas vezes enjeita para outros invocando sempre a regra administrativa quando convém, deixando uma vez por todas de apenas exigir direitos utilizando sempre o argumento do adquirido ou da conquista, e aponto:

- como pode praticar uma diferente descentralização de competências para as Freguesias?
- como a concessão de serviços pode ajudar à racionalização de meios?
- que ideias para o ordenamento do território e a defesa do património?
- que ideias para a gestão urbanística e a qualificação dos espaços?
- que intervenção na criação de emprego, na luta contra as dificuldades sociais e económicas?

Repito, Senhora Presidente, esperamos, o Partido Socialista espera que no próximo Plano e Orçamento, haja um virar de página e o Executivo Autárquico traga novas ideias e não a costumada colecção de números, que estarão certamente correctos, mas que nada acrescentam à necessidade de pensar de outra maneira o futuro do território e das pessoas de Palmela.”

**Sra. Dra. Carla Oliveira do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato, e na sequência das intervenções anteriores, apresenta a seguinte intervenção: “Sem querer ser maçadora, venho novamente falar da estrada de Algeruz!

Como devem estar recordados em Fevereiro deste ano referi aqui algumas falhas na obra de drenagem de Brejos do Assa, julgando eu que com essa intervenção e com a atenção que a mesma recebeu por parte da comunicação social da zona, a Câmara Municipal se esforçasse para que a obra ficasse em condições.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*No entanto parece que me enganei!*

*A obra terminou, quer dizer, deixou de ter funcionários a trabalhar lá, mas a estrada ficou uma miséria!*

*Não sei se estava previsto no caderno de encargos a total pavimentação da estrada (nas zonas onde foi intervencionada) ou se só estava prevista a pavimentação parcial como foi feito. Pois apesar de ter solicitado uma cópia deste documento para análise destas questões, esta ainda não me foi entregue.*

*Assim e até que a documentação me chegue, gostava de perguntar à Sra. Presidente se realmente não está prevista a pavimentação total daquela estrada?*

*É que Sra. Presidente, não sei se já teve oportunidade de passar por lá mas a estrada ficou toda desnivelada, com buracos, com desníveis nas caixas de esgoto e com toda a sinceridade não me parece que esta dê uma boa imagem do trabalho da Câmara.*

*Eu sei que os tempos que correm não estão para grandes gastos mas parece-me que o que teria pago a mais para fazer a pavimentação total da estrada, acabaria por poupar nas intervenções de manutenção que esta estrada vai necessitar nos próximos tempos.*

*Além disso gostaria também de aproveitar esta oportunidade para referir a falta de qualidade da tinta que foi usada para a sinalização horizontal da estrada. Ainda não passaram seis meses desde que estas pinturas foram realizadas e a tinta já praticamente que desapareceu. Parece-me que seria de chamar a atenção do empreiteiro da obra.*

*Além de que foi pintado um traço descontinuo, desde a entrada até à saída da povoação, o que não me parece muito adequado à zona.*

*Quanto à lomba que foi colocada à entrada da povoação, para quem vem de Setúbal, também me parece que esta faria todo o sentido mas caso a estrada não fosse já, só por si, uma lomba pegada.”*

**Sr. Pedro Taleço do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato apresenta a seguinte intervenção: “O Partido Socialista acha que é chegada a altura de nesta casa se falar de um órgão de participação juvenil. Nomeadamente um órgão que não está criado no concelho de Palmela, onde existem órgãos de participação para todas as outras faixas etárias. Falo de uma forma específica no Conselho Municipal de Juventude.

Como todos sabemos foi publicada a 18 de Fevereiro de 2009 a Lei nº8/09 que regula a criação dos Conselhos Municipais de Juventude. De uma forma muito resumida, é um órgão consultivo onde os municípios aprofundam a democracia participativa, estimulando a cidadania activa dos jovens no delinear da política autárquica de juventude.

O artigo 27º da referida lei (passo a citar) diz: “ Os municípios que à data da entrada em vigor da presente lei não se encontrem dotados de um Conselho Municipal de Juventude devem proceder à sua instituição, nos termos da presente lei, num prazo máximo de seis meses “.

Ou seja, deveria ter sido implementado pela Câmara Municipal de Palmela, e de uma forma geral por todas as autarquias, até Setembro de 2009. Uma justificação para o não cumprimento da lei foi apresentada sob a forma dum parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), onde se suscitam “ dúvidas “ acerca da constitucionalidade da lei. Dúvidas essas que o Presidente da República não teve ao promulgar a lei, uma vez que nem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*se verificou a solicitação de parecer ao tribunal constitucional. Até mais ver, neste país, quem se pronuncia sobre a constitucionalidade duma lei é o tribunal constitucional e não a ANMP.*

*No final da sessão legislativa anterior foi apresentado o Projecto de Lei nº 148/XI/1ª SL pela bancada do PCP, visando alterar o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, e constituído um Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão de Ambiente e Poder Local para alterar a respectiva Lei. Contudo os trabalhos apenas terão seguimento nesta sessão parlamentar.*

*Sendo assim, aquilo que as autarquias terão que fazer é cumprir a lei vigente e aguardar alterações.*

*Por esse facto a bancada do Partido Socialista gostaria de fazer uma pergunta muito específica ao executivo da Câmara Municipal:*

*-Irá a Câmara Municipal de Palmela cumprir a lei, ou pelo contrário, assume nesta Assembleia a intenção de continuar a insistir na não aplicação da mesma que para todos os efeitos está em vigor?"*

**Sra. Maria Fernanda Esfolá do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

*De imediato apresenta a seguinte intervenção: "Trago hoje aqui dois assuntos relacionados com educação, mas antes disso gostaria de referir o relatório da actividade municipal onde a Marateca vem referenciada unicamente três vezes. A Marateca vem referida três vezes com uma obra e dois apoios, a obra refere-se à execução do projecto da Rua Sesmarias do Pato, uma obra que já deveria ter sido feita há vários anos e que o projecto ainda continua em execução; em relação aos apoios um deles diz respeito ao apoio ao Projecto de Animação do Comércio Local, apoio este que é apenas e unicamente o fornecimento das bancadas para exposição dos produtos e o outro é o apoio ao estudo para a publicação da obra sobre os 36 anos dos Bombeiros de Águas de Moura. Lamento muito que sejam só estas três actividades que referenciem Marateca no relatório.*

*Em mais um início de ano lectivo continuamos na Marateca com o mesmo problema em relação á venda de senhas de refeição. Já informamos várias vezes, e ainda no tempo da Sra. Vereadora Adília, que a venda de senhas de refeição poderia ser feita na junta de freguesia, porque todos os anos ouvimos reclamação dos pais porque têm que se deslocar ao Poceirão para adquirir as referidas senhas dificultando na maior parte dos casos essa compra. Sempre nos foi negada essa possibilidade dizendo-nos que era complicado a nível do POCAL, que era melhor ser um estabelecimento comercial a fazê-lo. Entendemos perfeitamente esse facto, mas o que acontece é que em Águas de Moura não existe nenhum estabelecimento a vender as senhas, mas ao ler o Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Palmela fiquei bastante surpreendida com uma notícia que dizia assim: «A Junta de Freguesia à semelhança do ano anterior disponibilizou-se mais uma vez junto da Divisão de Educação da CMP, no sentido de continuar a venda de senhas de refeição escolares e contribuir assim para uma maior facilidade dos fregueses de Aires etc.», a minha pergunta é: Qual é a diferença entre estas duas juntas? As normas do POCAL não são iguais para todas? Então porque é que continuamos a ouvir a indignação dos pais por terem de perder tempo a deslocar-se ao Poceirão para comprar as*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*senhas quando nós freguesia de Marateca já por diversas vezes nos disponibilizámos para o fazer?*

*No passado dia dezassete, a CMP procedeu à inauguração de dois novos equipamentos educativos no concelho mais exactamente na freguesia de Poceirão, (um jardim de Infância na Lagoa do Calvo e outro nas Lagameças). Felicito a população de Poceirão por mais estes dois equipamentos educativos, as crianças do Poceirão estão de Parabéns.*

*No entanto, Marateca e as suas crianças não parecem pertencer ao mesmo concelho. A escola de Águas de Moura, que no próximo mês comemora cinquenta anos de existência, salvo pequenas intervenções continua na mesma como há cinquenta anos. Tem quatro salas de aula, não existem espaços cobertos para recreio, para biblioteca, o refeitório é num pré-fabricado, não existe espaço para a prática desportiva, as crianças brincam no recreio com um pavimento todo degradado que não apresenta as condições mínimas de segurança levando a que se magoem o que poderia ser evitado se o pavimento fosse outro.*

*A escola do Bairro Margaça fechou, a de Fonte Barreira deve fechar para o ano, quando isto acontecer como é que cerca de 80 crianças vão frequentar esta escola. Quando por todo o lado o concelho promove a rede de pré-escolar, Marateca não tem rede de pré-escolar e Águas de Moura não tem pré-escolar. As nossas crianças para além de que, quando terminam o 4º ano, terem de ir para a freguesia vizinha para fazerem o 9º ano, também são as únicas do concelho que para fazerem o 12º ano têm que se deslocar para os concelhos vizinhos, pois como sabem não existem transportes públicos directos para Palmela ou Pinhal Novo, onde existem escolas com ensino secundário. Sra. Presidente, com todas estas necessidades, tenho a certeza que está mais do que na altura de criar uma escola com bastantes condições da Marateca e que sirva condignamente todas essas crianças. Eu e todos na Marateca gostaríamos de receber essa prenda até porque faço anos num dia muito especial para o concelho e para as crianças do mundo.”*

**Sr. Joaquim Caçoete da CDU**, diz que gostaria de dar conta à Assembleia de duas reuniões que a Comissão Permanente, de que é coordenador, realizou. Refere que a Comissão reuniu pela primeira vez no mês de Julho tendo decidido elaborar um regulamento interno para funcionamento da Comissão. O regulamento foi elaborado pelo Sr. Membro Pedro Margarido tendo sido aprovado, por unanimidade, na segunda reunião. Desta forma, e tendo em conta o trabalho efectuado, a Comissão já se encontra em condições de funcionar.

**Sr. Presidente da Mesa**, diz que contrariamente ao que é habitual e normal, porque não é usual uma intervenção de todos os membros do Partido Socialista, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende responder às questões levantadas de forma a não se perder oportunidade. Refere que a apresentação das Moções será efectuada após os esclarecimentos serem prestados.

**Sra. Presidente da Câmara** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que irá tentar responder às questões colocadas, sem prejuízo de deixar algumas delas para outros momentos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Quanto à intervenção do Sr. Membro Braz Pinto, refere que este levantou preocupações que são legítimas e devem merecer a atenção de todos, só que é preciso contextualizá-las. Diz não ter dúvidas que qualquer um encontra alguém cujo processo demorou muito a ser despachado, uma licença que não foi tão célere quanto devia e inúmeras situações que são motivo de desagrado, de preocupação, de reclamação e até, vistas isoladamente, de ineficiência. A par dessas situações que ocorrem existem muitas outras que resultam da introdução de procedimentos que vão cada vez mais na óptica, e na perspectiva, da qualidade e que são visíveis. Actualmente existem leis que são muito claras em termos de defesa dos interesses do cidadão, em que as autarquias foram chamadas a pronunciar-se quando estavam a ser discutidas na Assembleia da República, uma vez que este tem o direito de ver respondidas as questões que coloca e a ter condições para não ficar eternamente dependente de respostas ineficazes da administração. Essa legislação vem no sentido de se dar uma resposta muito mais rápida, acontecendo por vezes que a resposta é dada em vinte e quatro horas apesar de, por vezes, existirem situações em que isso não acontece. O que não é a regra. Prova disso é a não existência de acções de munícipes contra a administração, nem situações de perdas e danos irreparáveis pelo facto de não se ter respondido nos prazos legais indicados. Antes pelo contrário, existem hoje circuitos a funcionar e preocupações com a desmaterialização de processos que vem de encontro a legislação recente e aos princípios de eficácia e eficiência dentro da organização. Recorda que uma das primeiras coisas que foram feitas há alguns anos foi perseguir os circuitos que a emissão de certidões tinha na Câmara Municipal. Na altura chegou-se a um ponto muito importante que foi a definição de um prazo de dez dias para emitir uma certidão, neste momento emite-se uma certidão num prazo muito mais curto. Isto não quer dizer que não existam certidões que levem mais tempo a ser emitidas, mas é preciso ver quais as razões que estão do lado do cidadão e do lado da administração para que isso aconteça. Diz ter noção que a máquina que têm a funcionar não é perfeita, mas é uma organização onde se tem introduzido muita inovação, onde existem processos e procedimentos considerados de referência em várias áreas. Dá como exemplo o balcão único de atendimento que se trata de uma situação invulgar no domínio dos municípios em Portugal sendo considerado um exemplo de boas práticas, reconhecido em candidaturas de boas práticas e práticas de qualidade.

Em relação ao quartel de Águas de Moura, foi partilhado desde início com a Junta de Freguesia de Marateca o uso a dar este equipamento. A questão dos “Canarinhos” está em discussão uma vez que, desde há duas semanas, existe uma proposta de contrato programa para cedência do espaço, o acordo de princípios já está firmado entre as partes pelo que tudo indica que ainda durante o mês de Outubro será assinado. O espaço tem sido utilizado regularmente com várias iniciativas de carácter cultural, do conhecimento da Junta de Freguesia, sendo essa uma das vocações que foram identificadas para o edifício quando se colocou a hipótese de ficar disponível. É verdade que o edifício não está novo, que não teve obras de fundo e o facto de não ter uso diário contribui para a sua degradação de uma forma mais acentuada, mas não é verdade que esteja devoluto e sem ocupação.

Quanto às escolas desactivadas, diz não existirem assim tantos edifícios nessa situação. É verdade que a escola de Aires está desactivada mas serve de reserva arqueológica, ou seja está ocupada e tem uma função apesar de não ter utilização muito visível por parte do público. A autarquia já demonstrou que quando existem equipamentos educativos disponíveis procura



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

reutilizá-los, sempre que necessário e possível, como equipamentos educativos como é o caso dos pré-escolares inaugurados recentemente e noutros casos para utilização de serviços públicos como é o caso de Quinta do Anjo, sendo o caso de Cajados uma excepção.

No que se refere às preocupações colocadas pelo Sr. Membro João Completo, diz que a questão do semáforo da Lagoinha foi comunicada de imediato às Estradas de Portugal para reparação. Quanto à questão dos Pinheirinhos diz que se está a desenvolver um estudo sobre uma forma alternativa de tratar o trânsito no local e que será diferente da apresentada pela REFER aquando do projecto da nova estação. Existe um estudo feito para rotundas na zona de Palmela que identifica várias soluções. Para o nó da Volta da Pedra a solução de rotunda é a adequada para o local estando já aprovada pelas Estradas de Portugal, sendo que se enquadra num desenho mais global que engloba mais quatro rotundas. Para além da já referida ainda estão planeadas uma outra mais acima junto à Unicervi, outra entre Volta da Pedra e Aires na intersecção com a estrada para a estação de Palmela e uma outra que faz a ligação entre a Urbiaires e a intersecção com o colégio St. Peter's School. Uma destas rotundas está em Plano de Actividades, a da Volta da Pedra está dependente do investimento do Aldi e as restantes estão dependentes do avanço ou não de investimentos na área do comércio. Caso isso não aconteça a Câmara decidirá qual a rotunda que irá construir, sendo prioritárias a da Volta da Pedra e a da Unicervi.

Em relação à questão da escola de Águas de Moura diz que os alunos tomam as suas refeições em contentores perfeitamente dignos, independentemente de não ser uma solução de raiz é uma absolutamente digna que é utilizada em muitas escolas. No país existem escolas que funcionam durante muitos anos em contentores, pelo que não lhe parece que esta solução tenha alguma falta de dignidade ou de segurança para as crianças.

Quanto à questão do estacionamento em Palmela é verdade, e é um dos temas que preocupa o executivo, até porque pelas suas características é uma zona muito difícil de intervencionar com obras que implicam escavação e obras subterrâneas. Aproveita para informar que já existe um desenho dum parque de estacionamento a realizar numa zona adjacente ao miradouro nas imediações da Câmara Municipal. O terreno já está negociado para edificação dum parque com características muito simples dado tratar-se numa zona de protecção ao castelo.

No que respeita às soluções para as vias em Cabeços Ruivos diz que existem dois estudos prévios, um para a estrada de Cabeços Ruivos que é a estrada com muitas curvas que liga a Palmela Village e a circular da Autoeuropa e outro para a estrada da Setecom que liga o caminho 1029 e a circular da Autoeuropa. São dois desenhos, dois traçados e dois estudos prévios, havendo disponibilidade financeira em orçamento para intervir numa delas. Os estudos estão a ser aprofundados existindo já a inclinação de se privilegiar a intervenção na estrada da Setecom, porque as suas características são consideradas mais razoáveis para permitir uma requalificação. Deste modo propõe-se desenvolver o projecto durante o ano de 2011 e a obra em 2012.

Relativamente à questão do nó da EN 252 com a auto-estrada diz não existir qualquer proposta de solução, mas existe uma discussão no âmbito da proposta de variante e também do TGV que irá mexer com alguns acessos na zona. No PDM existe uma proposta que aponta a definição numa zona industrial entre o traçado da futura variante e a auto-estrada pelo que nesse contexto o nó deverá ser repensado. No imediato dado tratar-se da intersecção numa auto-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

estrada com uma estrada nacional nunca seria um projecto da Câmara Municipal, apesar de existirem reflexões sobre a questão partilhadas com as Estradas de Portugal.

Em relação à obra da estrada de Brejos do Assa diz que existe uma recepção provisória feita para a obra. Em deslocação feita há poucos meses ao local verificaram que o tapete não estaria nas condições que foram referidas, pelo que a situação será avaliada e será refeito aquilo que estiver mal feito para que haja lugar à recepção definitiva. Desde já informa que pintura da estrada será refeita. Gostaria de recordar que a estrada foi repavimentada na zona onde foi intervencionada não se supondo que ficaria toda nova.

Gostaria de dizer à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca que não leu com atenção o relatório uma vez que existem várias referências a Marateca, nomeadamente a obra de infra-estruturas na rua Nova do Vale e intervenções em várias localidades da freguesia, pelo que a observação feita não é inteiramente justa.

Não percebe qual a razão para que não haja venda de senhas de refeição em Marateca, pensa que com mais alguma diligência por parte da Junta a questão já estaria resolvida. Refere que essa situação poderá ser colmatada com a compra de senhas na viatura de atendimento que se descola a muitos pontos das zonas rurais do concelho, onde até as Juntas de Freguesia não terão facilidade de chegar com tanta proximidade.

Recorda que a escola de Cajados, na freguesia de Marateca, foi uma das primeiras escolas das freguesias rurais a ter uma intervenção de fundo ficando completamente nova com todas as valências necessárias. Depois disso é que se iniciou o processo de remodelação/reconversão de outras escolas. Desta forma não se pode dizer que existam escolas que não têm condições para as crianças, as condições existem podem é não ser as ideais. O grande investimento que tem sido feito na área da educação é feito de acordo com as prioridades definidas na carta educativa e que são confirmadas com as necessidades que vão surgindo.

**Sra. Maria Fernanda Esfolá do PS**, solicita autorização para interromper dizendo que, desta forma, não tendo uma escola com outras condições em Águas de Moura nunca mais terão mais crianças porque estão todas a ir para outras com melhores condições. Águas de Moura necessita duma escola que preste um serviço condigno de forma a chamar mais crianças e mais população, senão fica desertificada.

**Sra. Presidente da Câmara**, refere que o argumento seria válido se houvesse junto a Águas de Moura outra escola que fosse alternativa. A lógica que tem sido seguida nas intervenções nas escolas tem a ver em primeiro lugar com a noção daquilo que as famílias preferem que é ter os filhos na sua relação de proximidade, ou seja a residência e local de trabalho. Não existem propriamente casos de crianças a saírem em escala de Águas de Moura para Poceirão ou zonas da freguesia onde existem escolas com outras características. A questão de irem para o particular é uma oferta alternativa que não tem que ver muitas vezes com as características físicas da escola, mas sim outras como o pré-escolar a tempo inteiro e os horários da escola pública não se adequaram às necessidades e vidas das famílias. Tudo isso contribui para definir a aposta de cada família. As escolas privadas continuam a ter clientes independentemente de ao lado haver escolas públicas muito boas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Existem muitas obras feitas não só nas freguesias de Marateca e Poceirão, como por todo o concelho, na área da educação dispensando-se de referir todas porque são do conhecimento dos Srs. Membros da Assembleia.

Em relação à questão colocada sobre o Conselho Municipal de Juventude, gostaria de dizer ao Sr. Membro Pedro Taleço que não é verdade que todas as Câmaras tenham implementado e concretizado o Conselho Municipal de Juventude. Independentemente da ANMP não legislar toma posições que resultam das posições dos seus membros. Neste caso concreto a posição que a ANMP tomou teve a ver com aquilo que as Câmaras consideram ser ou não razoável. De todos os quadrantes políticos surgiram reacções no sentido de não se concretizar a instalação dos Conselhos Municipais de Juventude. Na Junta Metropolitana de Lisboa foi tomada uma posição que só não foi por unanimidade porque o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa pediu compreensão aos demais membros por não subscrever a posição tomada uma vez que tinha acabado de instalar o Conselho Municipal de Juventude. Neste momento existem dúvidas sobre a constitucionalidade da própria lei, e se não foi suscitada na altura foi porque se pensava que haveria alguma sensibilidade na Assembleia da Republica, entre os vários partidos, e que a questão seria reanalisada surgindo a qualquer momento uma nova lei. Sem prejuízo da posição tomada é entender do executivo que o que é importante é aquilo que se vai fazendo com a Juventude no concelho. Refere que a participação da Juventude em projectos locais, que são de grande escala, como os concursos de música e o Março a Partir são exemplos de como os jovens são envolvidos em projectos que lhes estão destinados. Não é por não se ter um Conselho Municipal de Juventude instalado que a participação dos jovens fica prejudicada, poderia eventualmente ser uma participação um pouco “mais arrumada” mas a participação efectiva, genuína, espontânea das associações não se encontra limitada no concelho, como é do conhecimento do Sr. Membro Pedro Taleço.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Carlos Martins tem a dizer que têm provado, e demonstrado, que em Palmela se tem procurado trabalhar o futuro do território em cada uma das acções e das políticas que têm desenvolvido ao longo dos anos. O facto de Palmela ser um território que é referido quando se fala no TGV, na Plataforma Logística, no novo Aeroporto Internacional, por ter acolhido um investimento como a Autoeuropa, por ser abordado para instalação de novos investimentos e empresas, por ter capacidade e potencialidades concretas de desenvolver projectos turísticos, são exemplos de estratégias e políticas que têm procurado ter o futuro à frente dos olhos. Se não houvessem preocupações de estratégia, de sustentabilidade e de fazer com que Palmela acompanhe o desenvolvimento da região nada seria referido a propósito do concelho. Concorda que existam outras coisas muito importantes, e que contribuiriam para uma outra visão do que é importante para o território, que são as questões da descentralização do poder central e da regionalização que não são exclusivas para Palmela mas para todo o país. Numa óptica de regionalização poderão vir a falar de outros equipamentos e outras perspectivas de desenvolvimento. Em sua opinião continua a haver uma falha estratégica que é o parco investimento da administração central no concelho. Haveria concerteza um outro cenário de desenvolvimento nos investimentos do Município se continuassem a ser acompanhados por outros investimentos da responsabilidade da administração central. Termina dizendo que sem regionalização qualquer território não irá muito longe na suas ambições e estratégias de desenvolvimento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Presidente da Mesa**, refere que o período de Antes da Ordem do Dia irá ser largamente ultrapassado por força das discussões havidas. Chama a atenção que as próximas intervenções tentem ser o mais sucintas possíveis.

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

A propósito da intervenção da Sra. Presidente da Câmara acerca do Conselho Municipal da Juventude gostaria apenas de lembrar que no ano de 2005 a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade uma Moção relacionada com a questão. Quanto à constitucionalidade diz que ela nunca foi suscitada, mas há uma coisa que é claramente inconstitucional que é a violação do princípio da legalidade. Esse princípio obriga a que os municípios transponham para regulamentos, dentro das suas competências, todas as leis emanadas pela Assembleia da República pelo que estamos perante uma situação claramente irregular.

**Sr. Presidente da Mesa** informa que se passará de imediato à apresentação das Moções, solicitando à bancada da CDU que apresente a primeira Moção.

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD, Sra. Dra. Carla Oliveira e Sr. Pedro Taleço do PS**, ausentam-se da sala cerca das 22,52 horas.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU** apresenta Moção sobre PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento que ficará apensa à acta.

**Sr. Presidente da Mesa**, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 22 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 1 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

**Sr. José Cardoso do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à Moção apresentada diz que o PCP, o BE, e também a maioria dos pobres do país, estão carregados de razão uma vez que estes últimos têm sido sacrificados ao longo da vida e irão continuar a sê-lo.

A situação que se vive actualmente foi referida por si em sessões anteriores e muito antes de acontecer, porque Portugal não está em nenhum paraíso nem fora do mundo. Para um país com as dificuldades que são conhecidas de todos ter de enfrentar os problemas que os outros enfrentam era inevitável que se chegasse à situação actual. O país não tem dinheiro, os bancos não têm financiamento e não há que ter dúvidas que o FMI irá intervir.

Não se sente feliz com essa situação mas apesar do PEC, talvez a última oportunidade que o Governo tinha, o problema não foi resolvido e não foi por falta de vontade do Governo mas porque não foi capaz de o fazer. Tendo em conta os considerandos feitos até está de acordo com a Moção, apesar desta nada resolver.

Sempre achou que a China era o único país do mundo onde podia existir o comunismo tendo em conta a sua população, mas agora vê que são os maiores capitalistas do mundo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Com a solidariedade que sente para com todos os pobres do nosso país e acreditando que as forças de esquerda, incluindo o PS, defendem a grande massa dos portugueses está convencido que nem o PEC nem o FMI podem fazer alguma coisa e irá acontecer a Portugal o mesmo que está a acontecer na Grécia e na Espanha. Espera que os dias que virão permitam que haja consideração entre todos e não se façam mais loucuras que o Governo está a fazer, provavelmente por ser incapaz de resolver o problema.

Diz que a sua posição é sincera e honesta, até porque não pensava intervir na sessão a não ser para se congratular com o dia maravilhoso que a RTP, recentemente, proporcionou sobre Palmela. Os portugueses têm o condão de dizer sempre mal porque não vale a pena falar do que se faz bem. Termina dizendo que a sua solidariedade para com a Moção da CDU é fruto da sua maneira de estar.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. José Braz Pinto do PS** refere que a Moção poderia, em alguns capítulos, ter o acordo da bancada do PS.

Lamentam as dificuldades por que passam as autarquias, nomeadamente a de Palmela, lamentam os cortes havidos e consideram que a referência feita no quinto parágrafo tem, de certa forma, alguma razão. Há que corrigir algumas injustiças, esperando que a breve prazo seja feita alguma coisa a nível legislativo para que o esforço e os sacrifícios sejam distribuídos por toda a população.

Como diz o ditado: *“Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”* e o que acontece é que a própria Câmara de Palmela, mesmo antes da crise e do corte orçamental, teve que fazer cortes porque a situação o exigia. Desta forma não se pode esperar que o poder central tenha uma máquina de fazer euros ou descobrir dinheiro onde não o há.

Diz que se a Moção não terminasse com palavras tão “ao jeito” do Partido Comunista, apesar de lamentarem os cortes das transferências, poderiam eventualmente votar a favor o que não é possível pela forma como é apresentada.

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD, Sra. Dra. Carla Oliveira e Sr. Carlos Taleço do PS,** retomaram participação nos trabalhos cerca das 22,57 horas.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE** refere que não tinha intenção de intervir relativamente à discussão da Moção, uma vez que a posição do BE é conhecida e irão votar favoravelmente, mas ao ouvir as intervenções das bancadas do “bloco central” não poderia deixar de o fazer.

Diz que os cortes, que ambas as bancadas consideram ser necessários, não são mais do que opções políticas e opções erradas. As opções políticas do Partido Socialista apoiadas pelo Partido Social Democrata implicam cortes em quem menos tem. Quando em sede de Assembleia da República são apresentadas propostas de taxação de grandes fortunas, taxação da banca, eliminação dos offshores, os partidos do bloco central decidiram não o fazer e aí é que reside o grande capital escondido no país. Ao contrário, estes dois partidos optaram por fazer cortes no subsídio de desemprego e ainda hoje se está a pagar a factura da compra de submarinos, da iniciativa do PSD e CDS/PP. Pergunta desde quando é que se consegue explicar a um desempregado que não tem direito ao subsídio de desemprego, e a um pobre, que não tem direito ao subsídio de reinserção social, que não têm direito à responsabilidade social do estado porque a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

prioridade política foi a compra de material de guerra. Esta situação é absolutamente inaceitável. Enquanto não houver uma verdadeira justiça fiscal, que é uma opção política, estarão sempre em lados opostos.

Termina a sua intervenção dizendo que, neste momento, considerar que “...lamentar ...” basta para responder à crise dos mercados financeiros, e é preciso não esquecer que se trata dum crise lançada pelos mercados financeiros, inviabiliza a possibilidade de poderem estar juntos na mesma luta.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU**, em relação aos comentários dos Srs. Membros José Braz Pinto e José Cardoso gostaria de, em relação ao primeiro, dizer que “...lamentar ...” não chega porque o que é preciso é intervir, e não se limitam a lamentar porque há outras alternativas e outros caminhos e por isso é que repudiam este tipo de política. Diz que lamentações só no “Muro das Lamentações” e que o mundo em que se vive é o da intervenção política. Quando se diz que não há pão, o pão não sumiu nas entranhas da terra ele existe mas foi redistribuído de forma ainda mais desigual do que a que existia.

Quanto ao Sr. Membro José Cardoso diz que não se deve render à inevitabilidade de que nada já há a fazer, porque não se está perante nenhum fatalismo da natureza mas sim perante opções políticas feitas por homens organizados politicamente em classes sociais.

Se bem que este local não permita um grande aprofundamento das matérias, gostaria de dizer que há um escamoteamento completo da comunicação social, em termos de debate público, em relação a algumas questões fundamentais que condicionam a visão das coisas. Como dizia José Saramago no “Ensaio da Cegueira”: “...a pior cegueira é aquela que nos permite ver a realidade social que nos rodeia que é tão grave como a cegueira física ...”. De facto existem questões que são escamoteadas, como seja a questão da dívida pública quando não é dito que a maior parte da dívida externa portuguesa é dívida privada, cerca de cinquenta e cinco por cento, e que oitenta e dois por cento da dívida das famílias é relativa a crédito da habitação. Trata-se dum política fundamentada à escala planetária, que está na base da crise dos subprimes que deu início à crise financeira, e que levou ao endividamento de famílias para além das suas capacidades financeiras. Quando se refere a questão da dívida pública o objectivo político é claro ou seja atacar o estado nas suas funções. Em relação à questão do défice orçamental ser definido em três e meio por cento, pergunta se alguém lhe sabe dizer porque é que não é quatro por cento ou outro valor. Foi o valor definido no PEC da União Europeia mas já há opiniões que defendem que o défice deveria ser mais alargado, porque numa política de contenção e recessão era um estímulo à economia permitir mais investimentos. Não é só o PCP que defende esta questão, uma vez que já há vozes no campo da social democracia europeia e internacional que criticam a política da Alemanha, que tem um modelo de exportações e que só está preocupada com a inflação e não com o desemprego das outras economias. É um modelo de economia baseado nas exportações e que não está interessado em que o valor do euro baixe. Os Estados Unidos andam em disputa com a China sobre essa questão, mas na União Europeia ninguém fala sobre o assunto. Para Portugal a situação é outra tendo em conta que o euro não é demasiadamente forte para economias menos competitivas. Na altura o PCP alertou para a situação mas foi criticado como anti-europeista, de estar demodé e de ser um país do passado. Hoje há quem defenda que possa haver duas moedas na União Europeia, uma alemã e outra para os restantes países porque



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

existe uma diferença abismal para países, com menos capacidade competitiva que têm menos capacidade de exportar, como é o caso de Portugal, Grécia, Espanha, Itália, Irlanda e outros países da Europa central.

Outra questão interessante é a política dos bancos, em que o banco central europeu empresta à banca a cerca de um por cento e estes por sua vez emprestam ao estado e empresas a cerca de seis por cento. Todo o dismantelamento das indústrias foi feito nos governos do PS e PSD, bem como estiveram de costas voltadas para o mar e para as indústrias transformadoras.

A dívida externa portuguesa está a crescer muito, mas há lucros que vão para o estrangeiro que cresceram três vírgula oito vezes. Entre 2006 e 2009 cresceram, em rendimentos directos e investidos no exterior e aplicações de carteira de título, cerca de quatro vezes levando a um desequilíbrio na balança de transacções correntes.

Em relação ao problema da desigualdade social, refere que entre 2004 e 2009 os lucros dos grandes grupos empresariais (EDP, PT, etc.) cresceram trinta e nove vírgula nove por cento sendo distribuído pelos accionistas setenta e dois vírgula dois por cento que significa uma descapitalização das empresas, sendo que estas mesmas empresas recorreram à banca com um valor de vinte e seis milhões de euros em empréstimos que é mais que o total do crédito concedido à agricultura, pescas e indústria transformada no seu todo. Outra situação a referir é a taxa decrescente de IRC da banca que é menor que outras actividades económicas, quando tem lucros de milhões de euros. Esta situação é verdadeiramente obscena e não é para “...lamentar ...” mas para repudiar veementemente.

Termina dizendo que no Ano Europeu contra a Pobreza e Exclusão Social existem em Portugal dois milhões de pobres, sendo que à escala mundial aumentaram duzentos e oitenta e milhões e na União Europeia mais trinta milhões. Numa altura civilizacional em que a tecnologia, o conhecimento e a ciência nos mais variados campos está no seu topo encontramos-nos integrados num sistema que absorve e destrói toda a riqueza produzida distribuindo-a de forma desigual e injusta, daí a razão de apresentação da Moção da CDU.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à Moção apresentada diz que lhe veio à ideia a afirmação: “... *afinal parece que não havia vida para além do défice ...*”. Quanto à política ser de direita ou esquerda, é de opinião que a política humana não tem direita nem esquerda.

O CDS/PP está de acordo com a Moção da CDU uma vez que o que diz é verdadeiro. O CDS/PP opõe-se ao aumento de impostos e é favorável à diminuição da despesa do estado, por isso estão de acordo com a substância da Moção.

Em relação à possível responsabilidade dos bancos, diz que não é assim porque a responsabilidade é da falta de coragem política de fiscalização e tributação a esses mesmos bancos, ou seja a responsabilidade é dos políticos que permitem que as situações ocorram e também dos gestores e funcionários bancários de topo. Existe ainda muita conivência passiva do Banco de Portugal uma vez que deixa acontecer situações como o BPN em que o Estado injecta quatro vírgula cinco mil milhões de euros através do próprio banco. Trata-se duma promiscuidade entre a política e a banca e não dos bancos em si, porque se houver regras para cumprir os bancos têm que as cumprir.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Termina dizendo que Portugal se encontra numa crise profunda que irá continuar. Desta forma, e tendo em conta o teor da Moção, o CDS/PP irá votar favoravelmente.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (14 da CDU, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE) e 6 votos contra do PS.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE** apresenta Moção sobre “Pela celebração do Dia Internacional da Paz e pelo estreito cumprimento dos Direitos Humanos” que ficará apenas à acta

**Sr. Presidente da Mesa**, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).  
De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS**, informa que a bancada do PS irá votar favoravelmente a Moção uma vez que são defensores da livre circulação de pessoas e bens na comunidade europeia e também porque se opõem a todas e quaisquer ideias que visem excluir ou afastar grupos étnicos da vida social.

Gostaria, no entanto, de realçar duas situações. Apraz-lhe ver que os partidos que hoje formam o BE, e que se opuseram à adesão de Portugal à comunidade europeia, referenciam como uma virtude dessa adesão a livre circulação de pessoas e bens. Gostaria também de solicitar ao BE que em futuras intervenções e apresentação de Moções, se as alas stalinistas e maoistas o permitirem, inclua situações de não respeito pelos direitos humanos na China, na Coreia do Norte, em Cuba, na Venezuela, o que seria uma agradável surpresa e teria o voto favorável da sua bancada.

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD**, refere que os três primeiros pontos da Moção são pacíficos mas há medida que se vai avançando é que a situação se altera. Quer dar-se a ideia, e fazer-se passar na comunicação social e para a opinião pública, que o que está em causa é uma limpeza quase étnica, mas não é bem assim.

No ponto quatro fala-se na livre circulação de cidadãos, o que não é bem assim. Os textos dos tratados não falam em livre residência uma vez que estão previstas questões que podem constituir a inadmissibilidade a uma residência num país que faça parte da União Europeia se, por exemplo, essas pessoas viverem em estado de mendicidade e desprovidos do cumprimento mínimo daquilo que são as regras de cidadania.

Termina a sua intervenção dizendo que, não vinculando a posição da bancada, a título pessoal irá votar contra por não concordar com o texto da Moção.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, refere que o CDS/PP não é contra a Paz mas não concordam com o teor do ponto quatro da Moção. Pergunta se em Palmela existem condições para garantir o mínimo de dignidade a ciganos que passem por cá? Passam por cá muito mas não existem condições para albergá-los.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Em sua opinião deveria ser feita uma proposta aos governos da Roménia e da Bulgária no sentido desses mesmos governos criarem condições para esses mesmos ciganos residirem nos seus países. Não se pode permitir que muitos desses indivíduos, que até se dedicam ao crime, circulem livremente. Não se sabe quais são as razões que o governo francês tem para aplicar estas medidas, até porque não é conhecida a realidade que é vivida em França em relação a essas pessoas. Acha extemporâneo apresentar-se uma Moção sobre este assunto, quando os direitos humanos deverão ser garantidos no país de origem.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU**, gostaria de esclarecer que não foram ciganos que foram expulsos de França mas sim cidadãos da União Europeia. As pessoas são pessoas independentemente do seu grupo etário da sua cor, credo, raça, logo aí há um estigma imediato e identificação de um preconceito social em relação a esta população, “os romas” como são conhecidos. De facto tem sido uma das populações que tem sido progressivamente expulsas pelos vários países, à semelhança do que aconteceu com os judeus. É evidente que crimes individualmente considerados têm que ser criminalizados, mas não é aceitável tratamento generalizado a grupos étnicos.

Tem sido notório que é nos momentos de crise social que os partidos de extrema-direita ganham força e as ideias radicam. Em relação à questão da residência custa-lhe muito ouvir que devido à mendicidade as pessoas deverão ser expulsas. Se assim for terão que se expulsar de França, os franceses que pedem esmola e de Portugal os portugueses que estão nas mesmas condições. Trata-se de um argumento falacioso, porque as pessoas podem não ter emprego mas têm livre residência. Se forem expulsos podem voltar novamente uma vez que existe livre circulação de pessoas. Neste momento não se está a construir uma Europa social como seria desejável, mas sim uma Europa cada vez mais reaccionária e mais centrada num único directório político.

Em relação à questão dos ciganos serem nómadas, trata-se de uma realidade já muito ultrapassada de há 30 ou 40 anos atrás. Termina dizendo que ao fazerem afirmações desta natureza deveriam informar-se primeiro para poderem falar com conhecimento de causa, senão o que fazem é dizer lugares comuns e subscreverem posições xenófobas, apesar de acreditar que não o são.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP**, diz ter ficado um pouco chocado com a intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto uma vez que partiu de um caso particular para uma generalização o que é grave. Gostaria de recordar que as grandes deportações em massa foram feitas pela esquerda e nunca pela direita. Recorda que no tempo do estalinismo os ciganos e judeus foram todos deportados para a Sibéria, mas não é destas situações que têm que se referir porque já passaram. Tratou-se de um erro apesar de não se conhecerem as razões que levaram a esta atitude, tal como actualmente não se conhecem as razões do governo francês para avançar com o repatriamento destes indivíduos para o país de origem.

**Sr. Pedro Margarido do PSD**, apela a que quando se debatam algumas questões se tenha alguma cautela sobre o que se possa eventualmente insinuar. Fazer suposições acerca de pessoas não é de forma alguma debate.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Diz verificar que continua a haver algum problema com o princípio da legalidade, mas são os tratados que existem e prevêem essas situações pelo que não há volta a dar ao assunto. Quer o governo francês, quer qualquer outro governo da União Europeia, têm a possibilidade de tomar posições desta natureza.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE**, dirigindo ao Sr. Membro João Completo Costa diz que estes está um pouco confuso porque o BE está contra qualquer atentado aos direitos humanos sejam eles no espaço europeu, América latina ou onde quer que sejam.

Em relação à posição sobre esta situação tem a dizer que o BE não acordou um dia para dizer que a posição de Nicolas Sarkozy é uma posição discriminatória e de profunda xenofobia, uma vez que não foi só o BE que se lembrou de apelidar tais medidas desta forma. Em termos de informação gostaria de dizer que, desde o início do corrente ano, foram expulsos do território francês mais de oito mil cidadãos ciganos, e em Julho passado o presidente francês, não contente com este número, anunciou que seria preciso endurecer ainda mais a política de emigração em França.

Refere que a Comissária Europeia de Justiça ameaçou avançar com uma acção judicial contra França tendo a mesma sido aprovada no Parlamento Europeu por inúmeros partidos.

Informa que a classificação de deportação compulsiva vem da Organização das Nações Unidas, tendo a deportação sido declarada nestes termos. O comité para a eliminação da discriminação racial da ONU apelou à França para que procurasse integrar estes membros da sociedade do espaço europeu que agrega dez milhões de pessoas.

Por último gostaria de lembrar ao Sr. Membro do CDS/PP que o Papa Bento XVI foi peremptório ao pedir publicamente à França para rever a sua política de repatriação de emigrantes ilegais, completando o leque de condenações que esta insensatez consubstancia.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 21 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS e 1 do BE) e 4 votos contra (2 do PSD e 2 do CDS/PP).

**Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU** apresenta Moção “Pela rápida construção do TGV” que ficará apensa à acta.

**Sr. Presidente da Mesa**, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. José Braz Pinto do PS**, diz que se está a assistir a uma coisa interessante uma vez que o PCP tem duas opiniões em sítios diferentes, pelo que parece já não haver o unanimismo que é habitual.

Tem a dizer que esta Moção já foi apresentada em reunião do Executivo Municipal, só que nessa versão não apareceram as palavras “...repudia a decisão do Governo...”. Na Moção aprovada pelo Executivo continha uma redacção com a qual estão plenamente de acordo e onde se lia: “... manifesta a sua apreensão pela interrupção do processo de construção do TGV e apela



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*ao Governo para que com a maior brevidade retome o investimento fundamental para o desenvolvimento económico da região ...”.*

Diz que os Srs. Membros da Assembleia não podem esquecer que os executivos sejam eles onde forem, em determinadas alturas, têm que tomar opções de procurar os melhores caminhos. Os caminhos que foram procurados não foi de terminar totalmente com o investimento mas sim adiá-lo. Esse adiamento permitiria não só ter um maior financiamento da União Europeia, passando de cento e setenta milhões de euros para cerca de seiscentos milhões de euros, mas também fazer algumas poupanças na ordem dos duzentos milhões de euros. Quando está à vista a possibilidade de poupar e conseguir melhores financiamentos, obviamente que se trata de uma medida criteriosa e inteligente que permite lidar com as dificuldades que o país tem neste momento.

Deste modo propõe que a bancada da CDU altere o último parágrafo da Moção para uma redacção semelhante à aprovada, por unanimidade, na Câmara e assim votarão favoravelmente. Caso não o façam votarão contra.

**Sr. José Cardoso do PSD**, diz que os membros mais antigos estarão concerteza recordados que, quando o PSD estava no poder, votou Moções nesta Assembleia contra o próprio governo.

Diz que nada tem a ver com o bloco central e tem muita pena que não o respeitem enquanto cidadão. Não vale a pena estarem a acusá-lo seja do que for do que os outros façam, acusem-no daquilo que faz, do que representa ou do que defende. Todos os autarcas do distrito de Setúbal têm que lamentar que obras estruturais, como o Aeroporto, Plataforma Logística, TGV e terceira travessia do Tejo, tão importantes para o distrito tenham sido adiadas. Independentemente dos partidos que representam têm por obrigação defender tudo o que venha para o distrito e para o concelho.

Diz ter conhecimento do teor da Moção da Câmara Municipal, mas não se pode ligar tanto à forma do que se escreve, à ideologia do que cada um foi ou é, à forma de dizer ou argumentar porque haveria muito para dizer. Só pela positiva é que se consegue ir a algum lado porque se, se, começa a brigar uns com os outros não se vai a lado nenhum.

A noite tem sido interessantíssima em discussão, pelo que questiona qual a Câmara do país que não tem problemas como os que aqui foram levantados. Pergunta ainda qual a Junta de Freguesia que não tem problemas como os que aqui foram referidos. Diz não ter dúvidas nenhuma que os autarcas, quer da CDU, quer do PSD, quer do BE, fazem o melhor que podem e sabem à frente dos organismos onde estão. Enquanto oposição têm a obrigação de dizer que algo está mal solicitando que o problema seja resolvido. Diz estar absolutamente convencido que quer a Câmara, quer os seus técnicos, podem fazer melhor.

Aproveita para louvar a atitude da Sra. Presidente da Câmara, uma vez que conhece outras e outros presidentes que porventura não teriam este tipo de comportamento. Já assistiu a muitas reuniões de Câmara onde os autarcas se ofendiam mutuamente por causa de opiniões e críticas diferentes, pelo que fica muito satisfeito.

Ao contrário de Viseu que tem rotundas por todo o lado, acha que Palmela poderia ter mais apesar de ser um problema já com muitos anos. Todos têm que ser realistas porque se não há dinheiro para salários como poderá haver para grandes obras.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Termina dizendo que não se podem deixar de reivindicar obras como o TGV, Plataforma Logística ou terceira travessia do Tejo, mas há que ter consciência que a apreensão pela suspensão das obras deverá ser manifestada, tal como é dito na Moção aprovada pela Câmara, em nome de todos os autarcas presentes na sessão.

**Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP**, refere que tudo o que tinha para referir já foi dito pelos Srs. Membros que o antecederam pelo que não pretende intervir.

Uma vez que foi feita uma proposta para alteração ao texto da Moção o **Sr. Presidente da Mesa** pergunta à bancada da CDU se admite substituir “...repudia...” por “...lamentar ...”.

Não tendo a bancada da CDU aceite a alteração, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 15 votos a favor (14 da CDU e 1 do BE) e 10 votos contra (6 do PS, 2 do PSD e 2 do CDS/PP).

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE** apresenta Moção “Solidariedade com viticultores afectados pela onda de calor” que ficará apensa à acta.

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD e Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU**, ausentam-se da sala cerca das 23,43 horas.

**Sr. Presidente da Mesa**, coloca a Moção à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 23 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 1 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE). De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão da Moção.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, diz que no texto da Moção só são referidos os pequenos agricultores quando, em sua opinião, deveria englobar todos os agricultores uma vez que todos foram afectados. Deste modo sugere, e propõe, que o texto da Moção englobe todos os agricultores.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. José Braz Pinto do PS**, refere que o ponto quatro da Moção não é totalmente correcto e por esse facto o ponto dois também não é correcto.

Gostaria de esclarecer que o Ministro da Agricultura não recusou qualquer apoio, disse que o apoio que poderia dar era a abertura de linhas de crédito com juro altamente bonificado para os agricultores lesados. Deste modo não se pode dizer que não há apoio, é evidente que não há um subsídio não reembolsável mas isso é perfeitamente admissível numa altura em que existem muitas dificuldades.

Refere que não foram só os pequenos agricultores que foram afectados, alguns grandes agricultores também o foram e até houve quem tivesse aumento substancial de produção.

Por outro lado existe alguma confusão nos considerandos, nomeadamente no ponto cinco, uma vez que os viticultores que produzem vinhos premiados internacionalmente não são pequenos agricultores mas sim grandes agricultores.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Termina dizendo que, apesar de não concordarem com alguns dos considerandos da Moção, se a Sra. Membro Ana Sartóris entender retirar os pontos quatro e dois, ou reformular este último, a bancada do PS votará a favor caso contrário votar contra.

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD** retomou participação nos trabalhos cerca das 23,46 horas.

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS**, reforçando as intervenções anteriores diz que a Moção deverá abranger todos os agricultores lesados, até para ter alguma coerência, uma vez que o ponto um refere pequenos agricultores e o ponto cinco viticultores.

**Sr. Joaquim Caçoete da CDU**, refere que a bancada da CDU entende que a grande parte dos agricultores que foram afectados, e que sentem a falência à porta, são agricultores que produzem uva para as adegas e não engarrafam nem comercializam a sua produção. Dá como exemplo uma exploração de dois ou três hectares, com cerca de sessenta por cento da uva queimada em que na próxima época vai ser muito difícil ao agricultor ter uva de qualidade para ter vinho medalhado. O vinho continua a ser de qualidade, uma vez a nossa região produz dos melhores vinhos do mundo, e grande parte dele é produzido com as uvas dos agricultores que teimam em manter a actividade. A agricultura não é uma actividade muito atractiva para os jovens e muito menos a uva tendo em conta o preço que é pago.

Termina dizendo que a chamada de atenção contida na Moção tem toda a legitimidade em existir porque o Ministro vai ter que tomar medidas semelhantes às tomadas em outras calamidades uma vez que a ajuda não poderá ser só o recurso a linhas de crédito, uma vez que os pequenos agricultores não se vão endividar, mesmo com juros baixos, uma vez que já têm muitas despesas decorrentes da sua actividade.

**Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU** retomou participação nos trabalhos cerca das 23,51 horas.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Carlos Martins do PS**, refere que gostou da intervenção do Sr. Membro Joaquim Caçoete que, em sua opinião, enquadrou bem a questão. Só que o enquadramento que fez não está espelhado no teor da Moção, uma vez que falou de pequenos agricultores que poderão estar à beira de situações muito complicadas. Para esses casos percebe que pudesse haver algum tipo de linha de crédito e referência a uma Moção deste tipo.

A Moção em discussão é demagógica, e pouco verdadeira, porque se confundem os pequenos agricultores e atrás deles vêm os grandes agricultores. De demagogia por demagogia, gostaria de dizer à Sra. Membro Ana Sartóris que quando os grandes agricultores, que conseguem ter enólogos, boas produções e prémios internacionais, têm boa safra de vinho deveria ser feita uma Moção para que desse vinho e desses prémios internacionais, que dão mais lucro aos seus produtores, fosse tirada uma fatia para ajudar o Estado a criar um fundo para ajudar os agricultores quando existam problemas graves. Se a solidariedade fosse na linha de ajudar os pequenos e pobres agricultores estaria de total acordo, desta forma só pode dizer que é uma autêntica demagogia e é confundir as duas coisas, sendo que o ponto cinco é uma vergonha.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Termina dizendo que se a Moção fosse apresentada na linha da intervenção do Sr. Joaquim Caçoete teria o seu voto favorável, mas nesta forma é o exemplo chapado da demagogia do BE, que em muitos aspectos nem sequer sabe o que está a dizer. Pessoalmente, mesmo que a sua bancada decida votar favoravelmente a Moção, irá votar contra.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE**, diz estar “banzada” com as intervenções dos membros da bancada do PS.

Se o problema é uma questão de preciosismo de indicação de que tipo de agricultores se está a falar, o BE está inteiramente disponível e aguarda as sugestões.

Por outro lado também revela que os membros do PS não conhecem a realidade, porque se tivessem estado, como o BE esteve, junto dos agricultores lesados a ver “in loco” o estado das produções não teriam dúvidas nenhuma em classificar as intervenções e declarações públicas do Ministro da Agricultura como de uma enorme insensibilidade política.

A dificuldade da tutela em apoiar casos de desgraça meteorológica é conhecida porque já aconteceu no caso do Oeste, primeiro recusando e depois propondo o recurso à banca.

Por último é preciso que se compreenda que a posição deste Ministro da Agricultura, que pode ter o maior currículo do mundo, em relação a esta situação é de condenar, de repudiar, e que esta Assembleia Municipal deverá estar ao lado de quem precisa e quando mais precisa e não do lado duma tutela insensível que relativamente à agricultura não tem a menor dúvida, é para cortar e não para investir.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. José Braz Pinto do PS**, dirigindo-se à Sra. Membro Ana Sartóris diz que vive no Poceirão e é viticultor e tem mais de sessenta por cento da sua vinha queimada. Felizmente não está na posição dos agricultores referidos pelo Sr. Membro Joaquim Caçoete, porque tem outros rendimentos. Diz perceber perfeitamente que haja agricultores que estão muito aflitos.

O problema de serem os pequenos agricultores que acabam por entregar, e ser explorados pelos grandes agricultores, as suas uvas às adegas privadas porque nas adegas cooperativas a situação é diferente. Gostaria de dizer ainda que as adegas cooperativas com influência neste território, Palmela e Pegões, estão com a capacidade de aceitação esgotada o que inviabiliza a entrega de uva por parte dos pequenos agricultores que têm que entregar a privados. Tal como já aconteceu noutra ocasião, continua a dizer que existe a necessidade de aparecer outra adega cooperativa que possa englobar todos os agricultores que estejam desprotegidos neste momento ou em alternativa aumentar a capacidade produtiva das adegas cooperativas existentes. Para salvaguarda dos pequenos agricultores, mesmo para este tipo de situação, o melhor que poderá acontecer será o facto de terem capacidade de se unir, juntar e estar protegidos por aquilo que é o colectivo numa adega cooperativa.

Termina dizendo que a sua intervenção tem a intenção de “repudiar” as afirmações da Sra. Membro Ana Sartóris quando diz que na bancada do PS não percebe nada de agricultura, de vinha e dos problemas que acontecem. Apesar da posição tomada pelo Sr. Membro Carlos Martins, a bancada do PS continua disponível para votar a favor se o texto da Moção for reformulado.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE**, diz que não pode retirar a palavra “*repudiar*” porque seria subverter por completo as decisões tomadas em conjunto com os agricultores lesados, uma vez que eles não tiveram qualquer tipo de dúvidas em classificar como ausência de apoio por parte da tutela administrativa.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (14 da CDU, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE), 5 votos contra do PS e 1 abstenção do PS.

**Sr. Engº. Carlos Martins do PS**, apresenta declaração de voto dizendo que este é o exemplo de como o lobo veste a pele de cordeiro ou seja em detrimento de fazer uma Moção que poderia ter a unanimidade desta Assembleia, acerca do favorecimento e protecção dos agricultores prejudicados, foi dito que não se retiravam determinadas questões que condenavam única e simplesmente o Ministro da Agricultura desfavorecendo aquilo que poderia ser um apoio unânime a todos os agricultores desfavorecidos. É assim que os agricultores desfavorecidos e prejudicados por esta intempérie têm a defesa do BE relativamente aos seus problemas.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP** apresenta Voto de Protesto contra a possibilidade de abertura do mercado da União Europeia aos produtos têxteis e de vestuários oriundos do Paquistão, China ou Índia que ficará apenso à acta.

**Sr. Presidente da Mesa**, coloca o Voto de Protesto à admissão tendo sido admitida, por unanimidade, com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

De imediato pergunta se algum Membro pretende intervir na discussão do Voto de Protesto.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU**, diz tratar-se de uma preocupação legítima, mas assente num equívoco, em relação a um sector importante da economia, a par doutros sectores que já encerraram como é o caso do calçado, em resultado da adesão dos países à organização mundial do comércio, à globalização e à liberação do comércio internacional mas que está ignorada neste voto de protesto.

O CDS/PP é um dos partidos que subscreve este tipo de política que é neo-liberal e defendida à escala planetária há cerca de duas décadas a esta parte. Trata-se duma política que tem objectivos precisos que permite o dumping social e mais acumulação de capital. Não se trata duma distorção dos desejos do mercado, uma vez que permite mais acumulação capitalista, porque permite a deslocação das empresas para locais onde a mão-de-obra é mais barata. É contra essa lógica que o PCP luta praticamente sozinho.

Para terminar gostaria de dizer que o fenómeno da globalização e da liberalização do comércio à escala planetária teve alguns efeitos positivos em alguns países, Brasil, Rússia e da ilha da China, aumentando a concentração da riqueza e as desigualdades sociais com algumas excepções. Refere que a bancada da CDU irá votar contra.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS**, no campo meramente político diria que o voto de protesto fará algum sentido não fazendo tanto sentido em termos práticos.

Em sua opinião, e na sua qualidade de empresário, não é com medidas restritivas ou proteccionistas que se resolvem os problemas da indústria e dos têxteis em Portugal.

Tal como referiu o Sr. Membro Valentim Pinto estamos na era da globalização e essas são as regras do jogo, más ou boas, e os empresários portugueses têm duas missões: uma desenvolver o seu negócio e outra proteger os seus trabalhadores, ou seja assegurar os postos de trabalho das suas empresas.

Recorda que em Portugal as empresas de têxteis foram competitivas em tempos, roubando essa competitividade aos países nórdicos e assumindo nessa altura o papel que neste momento o Paquistão e China assumem. As empresas portuguesas, nomeadamente as têxteis, terão que procurar mercados onde podem ser competitivos, mas não é com baixos salários, não respeitando regras ambientais e com trabalho infantil como já aconteceu.

Diz ainda que, individualmente, podemos tomar algum tipo de atitude como recusar comprar produtos vindos de determinados países ou que se sabem serem produzidos não respeitando regras ambientais e porventura estar-se-á a contribuir mais para que essas práticas não tenham a força que têm.

**Sr. Joaquim Caçoete da CDU**, complementando a intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto diz que no voto de protesto existe uma parte que é gato por lebre, nomeadamente o primeiro parágrafo e também quando, por outro lado, diz que tudo estaria certo se não houvesse concorrência desleal.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, refere que a concorrência desleal é apenas uma consequência pelo facto de haver violação. O que está em causa são cerca de sete mil empresas, com milhares de trabalhadores que vêm os seus postos de trabalho em causa porque a Europa vai abrir fronteiras a produtos têxteis e de vestuário do Paquistão, da China e Índia. É do conhecimento geral a forma como os produtos são produzidos nestes países, todos sabem que as crianças não vivem mais do que quinze anos e trabalham vinte e quatro horas por dia. O que está em causa é a sobrevivência de empresas portuguesas e das famílias que delas dependem.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto, e ao sentido de voto da bancada da CDU, gostaria de perguntar se estão ou não a favor dos trabalhadores que poderão ficar desempregados e das empresas que poderão fechar ou não estão só porque o voto de protesto não foi da iniciativa da CDU.

Nestas situações há que deixar as politiquices de lado porque um é de esquerda e vota contra o que é apresentado pela direita, e vice-versa, porque a situação não é para isso. Com o possível encerramento dessas empresas e o desemprego de milhares de pessoas, a situação de crise que já está instalada e irá ainda ser maior e o esforço dos contribuintes será aumentado.

Termina a sua intervenção dirigindo-se à bancada da CDU dizendo que ao votarem contra um voto de protesto só porque é da iniciativa do CDS/PP não é correcto, ou defendem os direitos dos trabalhadores ou não defendem.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD**, diz que ao analisar o voto de protesto em discussão “tirou a sua camisola” e “tirou duplamente a camisola” depois de ter ouvido as intervenções do Sr. Membro Valentim Pinto. A grande conclusão a que chega é que o problema do país, para além dos problemas estruturais, é a hipocrisia que existe na vida política portuguesa. Podem existir muitos empreendedores mas com uma hipocrisia destas em que não são capazes de reconhecer o que se aproxima, é muito triste.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE**, refere que é pelos pressupostos do voto de protesto que votarão contra.

A preocupação do BE não é porque estes atentados às liberdades individuais, sociais e laborais de famílias e trabalhadores, estejam eles onde estiverem e dos direitos fundamentais das pessoas oriundas do Paquistão, China ou Índia, que têm que se fechar fronteiras porque em Portugal essas situações também acontecem.

Não pode estar de acordo com um voto de protesto que condena este tipo de atentados só porque são oriundos daqueles países. Se este voto de protesto vertesse essa preocupação a nível internacional e nacional seria possível ver a situação doutra forma, mas especificar que se feche o mercado da União Europeia a estes países, e ainda a outros, não é passível de ter a sua concordância. Ou se está preocupado com os direitos dos trabalhadores e famílias ou se está preocupado com questões de mercado, e com essas últimas não está nada preocupada.

Por último gostaria de referir que a concorrência desleal advém destas possibilidades, e surpreende-a vindo dum partido que não fez uma única intervenção sobre esta matéria em sede de Assembleia da República.

**Sr. Presidente da Mesa**, diz compreender que se trata dum assunto que ainda muito tinha para dizer mas a noite já vai muito longa e tem que se terminar esta discussão.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU**, informa que a forma de votação da CDU não tem a ver com o facto do voto de protesto ter sido apresentado pelo CDS/PP, mas tão simplesmente porque revela alguma ingenuidade e um grande desconhecimento sobre o assunto. Trata-se duma questão de globalização à escala planetária e concorda com a intervenção da Sra. Membro Ana Sartóris quando esta diz que o CDS/PP não tem tido, do ponto de vista político, nenhuma intervenção que não seja de concordância com a escolha ideológica em que toda esta situação assenta.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP**, refere que até agora ainda não houve nenhuma intervenção na Assembleia da República porque esta proposta prepara-se para ser aprovada em sede do Parlamento Europeu e aí sim houve intervenção do CDS/PP. Em relação a revelar ingenuidade, em sua opinião, não é ser ingénuo quando se tenta pressionar para evitar a falência de sete mil empresas e milhares de trabalhadores. Ingenuidade é o que justificarão quando esses trabalhadores vierem para a rua e a CDU por ingenuidade não fez nada, pelo menos no concelho de Palmela onde não se solidarizou.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Engº. Carlos Martins do PS**, diz que existe toda a legitimidade em o CDS/PP poder fazer propostas ou votos de protesto desta natureza independentemente de uma maneira mais global a nível político.

Pensa que o que está revertido no voto de protesto é uma preocupação justa e tem a ver com a desigualdade que existe de colocação de produtos a nível comercial no mundo. Seria muito mais pacífico, e aí o mercado funcionaria, se as regras do jogo fossem semelhantes em todo o mundo, ou seja as condições de trabalho, de segurança no trabalho, de preço, de regulação e aí os melhores seriam diferenciados.

É um assunto que deveria ser discutido por todos, independentemente das opções políticas, e é por se evitar esse tipo de discussões que as coisas vão acontecendo e somos confrontados com a realidade pura e dura como está acontecer.

Por outro lado também percebe as intervenções das outras bancadas em relação à formulação do voto de protesto que não está feita nas melhores condições uma vez que tem alguns equívocos e algumas situações que levam ao sentido da votação da sua bancada, que neste caso é a abstenção.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP**, diz que se o problema for só a questão da concorrência desleal poderá ser retirada.

**Sr. Presidente da Mesa**, diz que a questão não será só essa mas sim uma formulação diferente, mas o plenário é soberano. Apesar de todos concordarem com os princípios discordam da forma como o assunto foi apresentado.

Deste modo e não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca o Voto de Protesto à votação tendo sido rejeitado, por maioria, com 15 votos contra (14 da CDU e 1 do BE), 6 abstenções do PS e 4 votos a favor (2 do PSD e 2 do CDS/PP).

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao Período da Ordem do Dia.

**1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.**

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara**, solicita a dispensa da leitura do documento da actividade municipal uma vez que foi previamente distribuído.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. José Braz Pinto do PS**, apesar de ter muitas questões a colocar tendo em conta o adiantado da hora vai tentar ser o mais sucinto possível, fazendo votos para que esta Assembleia não caia nos mesmos perigos que a Assembleia Municipal do Barreiro onde conseguem apresentar quarenta a sessenta moções por sessão que chega a durar três dias.

Em relação ao relatório da actividade municipal, nomeadamente na página seis, onde é referido as edições feitas em papel. Em sua opinião e tendo em conta a diversidade das matérias até seria aceitável o número de publicações, mas tendo em conta os tempos que se atravessam pergunta se não seria possível fundir algumas delas no sentido de não haver tantos custos. Na mesma página fala-se que existiram setenta e cinco campanhas de promoção, o que no período de três meses dá à volta de uma por cada dia útil. Do mesmo modo pergunta se não seria possível juntar as promoções considerando que cada uma significa algum custo.

Na página sete são referidos contactos para a instalação duma loja do cidadão, coisa que já ouviu muitas vezes. Gostaria de saber em que pé é que estão as negociações.

Em relação aos processos de contra-ordenação referem as páginas oito e nove que foram iniciados oitenta processos e arquivados noventa e quatro, ou seja mais arquivados do que iniciados. Foram também instaurados seiscentos e noventa e três processos e arquivados setecentos e quarenta e dois. Pelos dados fornecidos verifica-se que os processos arquivados são em número superior aos instaurados. Pergunta se são processos mal instaurados e que têm que ser arquivados ou são processos em que o réu não tem recursos para pagar a coima. Por este andar é preferível não gastar recursos a instaurar processos, porque se arquivam mais do que se instauram. Deste modo gostaria de ser esclarecidos em relação a esta questão.

Em menos de um ano já aconteceram dezoito acidentes de trabalho, que em sua opinião é preocupante.

Na página vinte e nove é referido a construção de muros de suporte na passagem hidráulica da rua 5 de Outubro. Pergunta se não era responsabilidade da Mecminop ou da Pelicano. Se a passagem hidráulica é da responsabilidade de uma das duas consequentemente os muros também deveriam ser e não a expensas da Câmara.

Refere que o relatório está cada vez mais minucioso e qualquer dia só falta dizer a que horas entraram e saíram os trabalhadores, porque está tudo muito explicitado.

Através do relatório ficaram a saber, com alguma preocupação, que a Câmara não está a conseguir realizar as receitas previstas no capítulo dos impostos. Deste modo a situação não é estável pelo que recomendam, mais uma vez, muita contenção nas despesas uma vez que não há outro meio para o fazer.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se a Sra. Presidente quer responder a alguma das questões colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, em relação à primeira questão sobre a fusão e contenção de publicações diz que o trabalho que é feito está sempre a ser avaliado e tudo aquilo que tem que ver com a possibilidade de evitar gastos é matéria que merece apreciação. No entanto é preciso ter em conta que estão a falar de temas muito diferentes e todos eles muito importantes. Sem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

prejuízo de ser um alerta, em teoria correcto, diz que a questão é de prescindir de informação e de partilha de temas muito importantes para a actividade do município. As campanhas abarcam toda a informação que é feita acerca de acções muitas vezes diárias.

Em relação aos processos de contra-ordenação diz que os processos arquivados são em primeiro lugar processos concluídos e ainda outros que podem ter sido arquivados por outra qualquer razão. O número destes processos é maior que os iniciados porque existe um acumulado de processos iniciados em outros períodos. Refere que são obrigados a proferir um despacho de arquivamento dum processo e comunicar esse acto ao requerente, situação que é incontornável.

No que respeita aos acidentes de trabalho diz que não são acidentes graves mas mais incidentes.

Apesar de não ter dados concretos sobre a situação, crê que a intervenção que foi feita na rua 5 de Outubro era responsabilidade da Câmara e ia para além daquilo que foi imputado à Mecminou ou Pelicano.

Quanto à loja do cidadão refere que os contactos duram há anos. Neste momento voltaram a insistir com a Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa que ficou muito sensibilizada e ganha para o projecto de viatura de atendimento municipal. Nesse contexto, e podendo a viatura vir a ser utilizada para o desempenho de funções que são da administração central, tornando-se um meio para levar às populações serviços que não existem no concelho, retomou-se a discussão do assunto da loja do cidadão e a sua importância no concelho de Palmela. Os contactos têm sido mantidos e a discussão mantêm-se viva, mas de momento ainda não se pode dizer se irá haver loja do cidadão ou não.

## **2 – Regulamento das Feiras do Concelho de Palmela**

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara**, gostaria de esclarecer que as duas propostas apresentadas têm a ver com a separação de regulamentos que estavam juntos e da sua adequação à legislação que entretanto saiu.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, diz que gostaria de destacar duas questões. Pretende saber se a Festa das Vindimas se enquadra no Regulamento das Feiras e a outra é relativa ao artigo quinto quando é dito que: *“É proibido o uso de publicidade sonora nos recintos das feiras, excepto quando respeitar à comercialização de cassetes, discos e discos compactos e, em qualquer caso, com absoluto respeito pelas normas legais e regulamentares quanto à publicidade e ao ruído.”* Gostaria de ser esclarecido se a Festa das Vindimas e a Festa do Pinhal Novo forem consideradas feiras poderá ou não haver som nas ruas com publicidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sra. Presidente da Câmara**, diz que a Festa das Vindimas, e outras, não se insere no contexto deste regulamento. São exemplo de feiras a feira anual de Palmela, a feira quinzenal e a feira da reforma agrária e produtos agrícolas. Apesar de ter uma componente de feira a Festa das Vindimas é diferente e tem um licenciamento à parte.

Em relação à questão da publicidade sonora, diz que tem a intenção de evitar que os feirantes, individualmente, anunciem os seus produtos.

**Sr. Dr. Pedro Margarido do PSD**, em sua opinião já que se aproveitou para alterar o regulamento poder-se-ia ter ido mais longe em algumas matérias bem como clarificar outras.

No artigo oitavo, que não foi sujeito a revisão, alínea e) onde se lê “*Coordenar e orientar a publicidade ...*” poder-se-ia acrescentar **apoiar** permitindo assim a hipótese do Município poder contribuir numa forma mais activa nesta matéria.

Sobre o artigo décimo, número um, gostaria de ser esclarecido acerca de: “*A atribuição de lugares nas feiras promovidas pela Câmara Municipal de Palmela é feita directamente ou mediante sorteio público ...*”, e também quais os critérios para atribuição directa.

Quanto ao artigo décimo terceiro, número um, alínea a) sobre a caducidade da atribuição de espaços, não consegue entender muito bem. Existem muitas economias familiares que actuam neste âmbito, pelo que esta alínea deveria ser reformulado tendo em conta que a caducidade só cessaria se houvesse uma renúncia expressa dos sucessores. Em relação à alínea f), seria de acrescentar **não justificada** a seguir a “*... não autorizada ...*”.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se existem mais questões sobre a proposta. Não havendo dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, diz que o regulamento, salvo um ou outro aspecto em que se adapta à realidade mais específica, não tem nenhuma criatividade. Trata-se de um regulamento utilizada na sequência da aplicação da lei, não havendo especificidades nas questões levantadas pelo Sr. Membro Pedro Margarido.

A questão da caducidade é uma questão básica, uma vez que os lugares e espaços de venda nestas circunstâncias são situações que dizem respeito ao próprio e não existe nenhuma relação de propriedade, de transmissão e direitos adquiridos. Se morre o próprio caduca a licença, uma vez que o cartão de feirante não é transmissível.

Quanto à questão da ausência, é exactamente assim que a lei o prevê embora a autorização decorra numa certa relação que é criada e por isso mesmo não é muito rígida.

Em relação à primeira questão colocada acha que a redacção é bastante clara, uma vez que a atribuição é feita por sorteio sempre que haja mais que um interessado.

Termina dizendo que respeita as sugestões dadas mas não lhe parece haver matéria que justifique as alterações propostas.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, solicita mais um esclarecimento relativamente ao artigo trigésimo quinto sobre a apreensão provisória de objectos. Diz não se compreender muito bem a razão de ser provisório, uma vez que existem mais situações em que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

os objectos são apreendidos e não são com carácter provisório. Pergunta se não seria preferível constar apenas apreensão de objectos.

**Sra. Presidente da Câmara**, pede autorização para o Dr. Rui Ferreira prestar esclarecimento sobre a questão colocada.

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra ao Dr. Rui Ferreira para esclarecimentos.

**Sr. Dr. Rui Ferreira**, refere que o que a lei prevê em sede contra-ordenacional é sempre uma apreensão provisória até que em sede de decisão da contra-ordenação seja decidido o destino a dar os bens. Esse destino pode ser a devolução ao proprietário, se isso for possível, a destruição ou a entrega a instituições de solidariedade social. A lei-quadro de contra-ordenações prevê que no caso dos materiais apreendidos serem perecíveis, mesmo antes da decisão sobre o processo de contra-ordenação, a entidade administrativa pode decidir o destinatário. Refere que não é inédito no Município a apreensão de bens alimentares perecíveis cujo tempo de vida é incompatível com a decisão administrativa, ou até judicial do processo, pelo que de imediato terá de se decidir o destino desses bens.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, apesar do esclarecimento continua a achar que era preferível não constar provisório no título do artigo e no ponto cinco, no entanto o sentido de voto da sua bancada não irá depender desta questão.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende intervir.

**Sra. Presidente da Câmara**, pede autorização para o Dr. Rui Ferreira intervir.

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra ao Dr. Rui Ferreira para esclarecimentos.

**Sr. Dr. Rui Ferreira**, refere que o acto de apreensão é sempre um acto praticado com carácter precário e provisório e daí a regra ser sempre a provisoriedade. Quando os bens são apreendidos é sempre feito a título provisório, porque se a entidade administrativa verificar que existe risco de deterioração desses bens, num momento posterior, decide qual o destino a dar aos mesmos.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Carlos Martins do PS**, em termos de achega, e por conhecimento profissional, corrobora tudo aquilo que foi dito pelo Sr. Dr. Rui Ferreira, até porque esta situação não tem a ver só com as Câmaras Municipais, porque as apreensões provisórias são assim mesmo.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

### 3 – Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara**, aguarda que lhe sejam colocadas questões.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

**Sr. Pedro Taleço do PS**, diz que gostaria de ser esclarecido em relação a algumas questões que lhe surgiram aquando da leitura do documento.

No artigo vigésimo sétimo, ponto um, é estipulada uma periferia de quinhentos metros em relação ao recinto dos mercados. Pergunta se inclui a situação da reforma agrária em relação ao mercado municipal de Pinhal Novo, porque poderá haver uma colisão dos dois licenciamentos por via dos regulamentos.

Quanto ao artigo trigésimo, ponto três, onde se requer a obrigatoriedade do uso de bata/avental para os vendedores de peixe, pergunta se essa obrigatoriedade não deverá ser alargada aos vendedores de carnes e produtos derivados de carne.

Relativamente às proibições, previstas no artigo trigésimo primeiro, ponto um, alínea a), diz que será desnecessário porque estão previstas noutros documentos. Quanto à alínea c) pergunta que medidas existem no espaço para controlo destes consumos, a nível individual.

No que respeita ao artigo trigésimo segundo, alínea e), acha que o ponto é útil mas poderá ser mais específico na coordenação com a estratégia de aproximação do utente por parte do Gabinete de Informação e Apoio ao Consumidor. Ou seja, em vez de partir da análise e do encaixe numa iniciativa com os objectivos do gabinete seria delinear as linhas de intervenção que decorram da actividade do gabinete neste âmbito e na defesa do comércio tradicional, que poderá ser mais balizador e indicador de que actividades é que se poderão desenvolver no espaço e de que aproximação é que se quer relativamente à actividade do gabinete.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, para além das questões colocadas pelo Sr. Membro Pedro Taleço, que também são as suas, gostaria de saber se o mercado de Palmela conhecido por “Mercado dos Ciganos” é mercado ou feira?

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se há mais alguma questão a colocar. Não havendo dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, diz que na linguagem do dia a dia os termos mercado e feira são usados de forma indiferenciada. De acordo com a legislação, aquilo a que se chamam mercados são normalmente, e regra geral, os equipamentos e ainda as “praças”. Tudo o resto são feiras: a feira quinzenal e a feira anual de Palmela, a feira do Lau, a feira do Poceirão, a feira do Pinhal Novo, são exemplos daquilo a que normalmente se chamam mercados mensais, anuais ou quinzenais.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Sobre as questões específicas colocadas, concretamente a questão do vestuário, diz foi utilizado aquilo que já constava no regulamento anterior uma vez que é usual dizer exactamente o que é que os vendedores de peixe devem usar, os outros deverão utilizar vestuário adequado.

A questão da reforma agrária é respondida no ponto número um do artigo vigésimo sétimo.

No que respeita às proibições, trata-se duma norma preventiva e destina-se às imediações do mercado.

Em relação ao consumo da água existem contadores individuais para controlo dos gastos.

Quanto à questão do Gabinete de Informação e Apoio ao Consumidor, não o entendeu como uma questão ou pergunta concreta pelo que aceita as considerações.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.

#### **4 – Redução da Taxa de I.M.I. para aplicar na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela**

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara**, diz tratar-se duma proposta semelhante às dos anos anteriores pelo que se encontra à disposição para alguma questão que eventualmente entendam colocar.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS**, diz que a bancada do PS entende que a redução da taxa de IMI é um sinal, mas muito pequeno, que por si só não tem grande significado nem se vêem grandes melhoras no centro histórico.

O centro histórico exige medidas muito mais profundas que não passam só pela redução da taxa de IMI, sendo que o principal problema foi o facto de durante muitos anos não se ter olhado para o centro histórico. Deixou-se arrastar um problema que poderia ter sido resolvido em anos anteriores nos chamados “anos das vagas gordas”, com o recurso a algumas participações ou programas para evitar a sua degradação.

Em sua opinião dever-se-á olhar para o centro histórico duma forma diferente. Como outros centros históricos deverá ser olhado dum ponto de vista tridimensional. Aproveita para deixar uma reflexão dum sociólogo – Ashworth –, também urbanista e entendido nestas matérias, que diz uma coisa importante: *“Os centros históricos são o reflexo do nosso presente e do nosso futuro mais do que do nosso passado.”*

Esta citação é muito importante porque habitualmente olha-se para os centros históricos como o passado, mas há que olhar para eles a pensar mais no futuro e sobre três dimensões:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

- a primeira é a convivência do antigo com o moderno, porque há sempre o problema de introduzir peças modernas chegando a temer-se que é um erro. Em sua opinião não é uma vez que, em imóveis em que não há recuperação possível e onde não se podem manter as fachadas, a introdução de elementos modernos que coabitem com o antigo poderá ser uma solução e até chamar pessoas e actividades.

- outra será a que tem a ver com o turismo e os mercados urbanos de lazer. O turismo poderá ser, e é de certeza, um elemento revitalizador do centro histórico de Palmela. Em sua opinião não se tem dado a devida atenção a esse aspecto. A título de informação o turismo urbano é o terceiro em termos de procura turística à escala europeia ultrapassando o de montanha, sendo que o de litoral e o de campo o antecedem. Palmela tem potencial e é uma das dimensões a que não se tem dado a devida atenção e será por aí que, eventualmente, o problema poderá ser resolvido.

- por fim a intervenção urbanística e a dimensão pessoal onde entrará o IMI e outras intervenções como a dinamização dos mercados locais, que é muito interessante e poderá ser uma forma de trazer vida ao centro histórico. Outras questões como os acessos, o estacionamento, a descentralização de festas deverão ser tidos em conta.

Apesar de já se realizarem algumas actividades de dinamização do centro histórico, que trazem até ele alguns milhares de pessoas, considera que são insuficientes pelo que será nas três vertentes que referiu que terá que se olhar a sua recuperação.

Termina dizendo que como a época é de “vacas magras”, pessoalmente tem dúvidas que com os valores da candidatura ao QREN, apesar de financiado a cinquenta por cento, seja possível recuperar minimamente o centro histórico.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP**, diz que tem duas questões a colocar, a primeira relativa aos critérios que estiveram na delimitação do perímetro da área de intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico. Verifica que na avenida Godinho de Matos estão englobados edifícios com cerca de quarenta anos e na avenida Rainha D. Leonor existem edifícios contemporâneos desse, e até mais antigos, que não estão abrangidos. Existe uma grande disparidade em termos de antiguidade dos edifícios contidos nesse perímetro que vão de trezentos anos a quarenta anos.

Em relação ao IMI pergunta se não haveria hipótese de baixar a taxa para os edifícios que estão habitados e para os edifícios com projectos de recuperação em tramitação, não alterando o valor para os edifícios abandonados ou não ocupados.

**Sr. Engº. José Braz Pinto do PS**, diz-se no primeiro parágrafo da proposta que: “...os mecanismos tributários que privilegiem a reabilitação urbana...”, em sua opinião este mecanismo tributário gera tão pouco desconto que não vai possibilitar nenhuma reabilitação urbana. Para confirmar essa sua opinião cita o que é dito no parágrafo terceiro: “... imóveis maioritariamente de baixo rendimento económico ...”. Tendo em conta esta situação e algumas simulações feitas com casos concretos chegou-se à conclusão que a redução do IMI era de tal forma mínima que mal daria para comprar uma fechadura nova para a porta.

Apesar de não ser por aí que se vai conseguir fazer a reabilitação, trata-se dum incentivo que nada produz se não for articulado com outros incentivos como já foi dito.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Em relação ao que é dito no parágrafo segundo gostaria de saber quantas obras coercivas é que foram feitas nos últimos três anos.

Por último gostaria de dizer que a grande medida passa pela recuperação do centro urbana e pela recuperação que está prevista na candidatura que foi aprovada em Junho de 2009. Preocupa-os esta última, uma vez que já passou um ano e três meses e da candidatura o que é visível foi o tapar da piscina do castelo, os sanitários que serão transformados em sede de escuteiros, o moinho que será a sede da AJITAR e algumas festas, porque tudo o resto está em projecto, em apreciação, em preparação de procedimentos ou seja tudo muito demorado. Pergunta se não há possibilidade de introduzir uma maior dinâmica nestes projectos e quando é que se começará a ver a recuperação do centro histórico porque só assim se poderá levar a cabo a dinamização do mesmo.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se há mais alguma intervenção. Não havendo passa a palavra à Sra. Presidente para responder às questões colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, diz que o centro histórico de Palmela é um tema que já foi debatido muitas vezes pelo que, mesmo não querendo ser muito repetitiva, não pode deixar de recordar algumas coisas que já foram ditas em outros momentos.

Em primeiro lugar acha que as intervenções no centro histórico têm que ser vistas como sinais na sua diversidade e no seu conjunto. A proposta em discussão é uma medida a que se podem somar uma outra que ficou conhecida por programa FIMOC – Financiamento Municipal a Obras de Conservação, e ainda as candidaturas ao programa RECRIA, com o apoio da Câmara Municipal, e a candidatura ao QREN. As candidaturas ao URBECOM e PROCOM não foram aceites pelas especificidades dos programas e do centro histórico.

Existe ainda um conjunto de iniciativas que acontecem regularmente no centro histórico e essa é a outra ideia que é importante ter em conta. Em sua opinião a sustentabilidade do centro histórico não depende só do estado de conservação do edificado. Recentemente realizou-se uma visita de trabalho da comissão directiva do PORLisboa – Programa Operacional da Região de Lisboa, no âmbito do QREN, que foi muito interessante e que a propósito do centro histórico foi concluído que o centro histórico de Palmela consegue apresentar, ao contrário de outros, excelentes indicadores de vida e vivência. Isso é muito importante porque é possível passar no centro histórico e encontrar pessoas que lá moram, trabalham, têm espaços comerciais. No relatório hoje apresentado refere a realização dos “Mercadinhos de Sábado”, as “Conversas de Poial”, o “Pé-ante-Pé” e o “Festival Internacional de Artes de Rua” que traz milhares de pessoas durante o mês de Julho a Palmela. Deste modo é preciso viver um bocadinho as iniciativas que vão acontecendo.

Com isto não quer dizer que o centro histórico de Palmela esteja bem, mas sim que existe uma política integrada neste ponto de vista que procura intervir no edificado, que procura contribuir para que os cidadãos tenham maior capacidade de intervir na sua propriedade e por outro lado dinamizar culturalmente e do ponto de vista da animação o espaço.

Em relação às obras coercivas, neste momento, deverão ter sido concluídas três obras, a decorrer quatro ou cinco, três pedidos de licenciamento que implicam projecto de arquitectura, três casos identificados de processos que os proprietários não deram cumprimento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Desde 2006 até ao momento já beneficiaram da redução da taxa de IMI cerca de seiscentos e sessenta e oito prédios que significam mais de quatrocentos proprietários.

O limite do centro histórico não é exactamente o mesmo que o limite da área de intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico. Parece uma situação pouco razoável mas na altura foi o acordo possível com o IPPAR. O Gabinete de Recuperação do Centro Histórico inclui alguns edifícios até à avenida Godinho de Matos como é o caso do edifício da Sociedade Filarmónica Humanitária que é considerado de muito interesse, e por esse facto é tratado de acordo com as regras. Ficou na altura definido que esta avenida faria a transição para uma zona mais nova de Palmela e onde existem muitos edifícios que não têm essa classificação.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (14 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 01,30 horas do dia 29 de Setembro de 2010, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Antonieta Serrano Alves Sobral redigi e subscrevi.

Palmela, 29 de Setembro de 2010